

PEC trava na Câmara; votação é adiada para evitar desidratação

SOBREVIDA

Com STF dividido, Congresso acelera novas regras do orçamento secreto para tentar virar o placar

MARIANA MUNIZ E BRUNO GÓES

Com o placar de 5 votos a 4 para derrubar o orçamento secreto, o Supremo Tribunal Federal adiou para a próxima segunda-feira a conclusão do julgamento sobre as chamadas emendas de relator, dando tempo ao Congresso para aprovar um projeto de resolução que prevê novos critérios de distribuição dos recursos. A expectativa entre parlamentares é que essa votação, marcada para hoje, ajude a convencer a Corte a não vetar o mecanismo utilizado por eles para enviar dinheiro público a seus redutos eleitorais. A discussão da proposta no Legislativo foi citada como argumento pelos ministros Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes, únicos que ainda não votaram, para pedir o adiamento da votação.

Antes de o julgamento ser suspenso, quatro ministros haviam seguido o voto da ministra Rosa Weber, relatora do caso, para tornar o orçamento secreto inconstitucional: Cármen Lúcia, Luiz Fux, Edson Fachin e Luis Roberto Barroso. Outros quatro — André Mendonça, Kassio Nunes Marques, Alexandre de Moraes e Dias Toffoli — admitiram que elas possam continuar existindo, mas com uma série de ressalvas que torne os pagamentos mais transparentes e com critérios mais rígidos de controle. Independentemente do resultado, a maioria da Corte decidiu ontem que mecanismo utilizado para contemplar parlamentares com recursos do Orçamento não poderá mais existir no formato atual.

Ao propor o adiamento da sessão, Lewandowski afirmou que o projeto de resolução a ser votado hoje pelo Congresso "elencará uma série de dispositivos que vão ao encontro das preocupações manifestadas por vários ministros da Corte na sessão de ontem. Ele elogiou a iniciativa do Legislativo e disse que era preciso "pressupor a boa fé" dos parlamentares. Gilmar, por sua vez, foi além ao citar o "alto interesse político" do tema para que fosse dado mais tempo antes de uma decisão final.

— Em jogo aqui está a questão da governabilidade — afirmou Gilmar, citando que dois presidentes da República já sofreram impeachment após perderem o apoio do Congresso. — É preciso ter essa perspectiva, estamos falando da democracia no estágio em que ela se encontra.

Logo após o adiamento do julgamento, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), anunciou uma nova sessão do Congresso para hoje com o objetivo de votar o projeto que prevê a partilha das chamadas emenda de relator, identificadas no Orçamento pelo código RP-9, de



Plenário. Oito ministros votaram ontem, após a relatora, Rosa Weber, na quarta. Lewandowski e Gilmar Mendes se posicionaram na sessão de segunda-feira

acordo com o tamanho de cada bancada partidária. Mais cedo, deputados e senadores não haviam chegado a um acordo para votar a proposta. Parte dos parlamentares afirmou considerar que aprovar a medida poderia ser inócuo, uma vez que o STF ainda não decidiu se o mecanismo poderia continuar a ser usado.

DIVERGÊNCIAS

As emendas de relator têm sido utilizadas pelo Palácio do Planalto para contemplar parlamentares aliados em troca de apoio no Congresso, numa espécie de "toma lá, dá cá". Neste formato, todas as indicações de recursos para obras e serviços aparecem em nome do relator do Orçamento, o que permite omitir os verdadeiros padrinhos dos recursos. Diferentemente das outras formas de indicação de destino das verbas do Executivo, como as emendas individuais, não há critérios objetivos para distribuição igualitária entre deputados e senadores, abrindo margem para a barganha política.

A utilização dos recursos públicos como moeda de troca pelo governo foi um dos argumentos de Barroso para defender tornar o mecanismo inconstitucional.

— As emendas de relator restabelecem um "toma lá da cá", e penso que devemos zelar pela probidade e pela moralidade da alocação de verbas públicas, e não parciais — afirmou Barroso.

— Oprimeiro a divergir na sessão de ontem foi o ministro André Mendonça, que defendeu a manutenção das RP-9, mas desde que o Congresso imponha uma série de medidas de transparência e controle, a exemplo do que ocorre

COMO ESTÁ A VOTAÇÃO?

Quatro ministros seguiram a relatora, Rosa Weber, considerando o Orçamento Secreto inconstitucional, e extinguindo o mecanismo. De outro lado, quatro ministros não veem inconstitucionalidade, mas defenderam mudanças. Todos os quatro pediram 100% de transparência na autoria das indicações. Para isso, Moraes e Mendonça opinaram que a tramitação das emendas de relator deve ser igual à das emendas individuais. Sobre os critérios para divisão das indicações, Dias Toffoli propôs que haja uma regulamentação nos próximos meses do uso das emendas de relator



\*Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes votaram na segunda-feira

com outros tipos de emendas, como as individuais. Neste formato, cada parlamentar tem um valor igual para indicar a seus redutos eleitorais e metade precisa ser aplicado na área de saúde.

— O caminho mais adequado é se apontar parâmetros e critérios em consonância com o texto constitucional. Em minha compreensão, considero existir omissão parcial dos poderes Executivo e Legislativo quanto aos princípios da transparência e da publicidade — afirmou Mendonça.

No seu voto, Dias Toffoli foi além da questão da transparência. Ele defendeu a adoção de normas para que os pagamentos feitos por meio das emendas de relator sejam feitas de forma isonômica, proporcionais e imparciais, evitando seu uso político. O ministro propôs ainda que o governo publique uma relação de programas e projetos prioritários em que os recursos devem ser alocados.

Já Alexandre de Moraes adveceu que as emendas de relator (RP-9) podem continuar existindo desde que cumpram os mesmos critérios de transparência aplicados às emendas individuais, conhecidas pela sigla RP-6, com procedimentos previstos "desde o início até o final, identificando qual o parlamentar, o valor e a destinação". Além disso, o ministro entende ser preciso haver um critério de distribuição para as emendas de relator — o que, em tese, será estabelecido com o projeto de resolução pautado para hoje.

— A transparência, publicidade total de todos os procedimentos relacionados a todas as emendas é essencial, mas mais do que isso, que foi tratado no voto da presidente (Rosa): o orçamento público deve ser utilizado de forma eficiente — disse Moraes.

PEC DA TRANSIÇÃO

No Congresso, a falta de um desfecho no Supremo teve como consequência prática um novo adiamento da votação da PEC da Transição, prioridade do governo eleito de Luiz Inácio Lula da Silva. Sem acordo e com o julgamento suspenso, a análise pelos parlamentares foi marcada para a próxima terça, dia seguinte à retomada do caso na Corte.

Segundo deputados, sem o fim do julgamento, as negociações políticas continuam "em suspenso". Antecorrem, o voto de Rosa Weber foi mal recebido por aliados de Lira, que esperavam que Lula e seus aliados pudessem tentar influenciar algum ministro a pedir vista (mais tempo para análise), adiando a conclusão do caso apenas no ano que vem.

Diante da possibilidade de o STF tornar as emendas de relator ilegais, parlamentares chegaram a discutir incluir na PEC dispositivo que prevê o mecanismo, numa manobra para driblar eventuais restrições impostas pela Corte.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

**Seção:** Política **Página:** 4